

Lógicas do Empowerment Comunitário e Capital Social em Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste

Zacarias Florêncio da Costa [1]
dacostazack@gmail.com

Carlos Alberto da Silva [2]
casilva@uevora.pt

Resumo

O presente artigo analisa as lógicas do empowerment comunitário e os seus contextos e perspetivas no campo do capital social num processo de desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste. O empowerment comunitário é perspetivado como um dos elementos centrais do próprio desenvolvimento comunitário, sobretudo no que concerne ao seu papel no estímulo à participação política das próprias comunidades no planeamento e na ação comunitária, na organização económica tendo em vista à melhoria das condições da vida, dito no sentido de qualidade da vida da própria comunidade onde vivem. Os resultados preliminares do estudo revelaram que o “poder” do capital social numa comunidade representa um dos elementos chave num processo de empowerment comunitário, sendo de considerar que o empowerment comunitário não só depende da intervenção de fora (externa), mas também do próprio “poder” e da capacitação da comunidade nas decisões no processo de desenvolvimento comunitário. Em termos gerais, os resultados do estudo sugerem que, em Suco Biqueli (Timor_Leste), a) o capital social é essencialmente fundado na confiança; b) subsistem vários desafios do processo de desenvolvimento, c) sendo vários relacionados com as necessidades básicas e imediatas da comunidade; e que d) veicula no seio da sua comunidade um empowerment comunitário como poder social no combate à pobreza.

Palavras-Chave: Capital Social, Empowerment Comunitário e Desenvolvimento Comunitário.

Abstract

This article analyzes the logics of community empowerment and its contexts and perspectives in social capital field in a process of community development at Suco Biqueli community, Ataúro, Dili, East Timor. Community empowerment is seen as one of the central elements of community development itself, particularly as regards its role in stimulating communities political participation themselves in community planning and action, in economic organization of improving living conditions, said in the sense of quality of life of the community where they live. The preliminary results of the study showed that the "power" of social capital in a community is one of the key elements in a process of community empowerment, considering that community empowerment depends not only on external (external) intervention, but also on the "power" and community empowerment in decision making in community development process. In general terms, the study results suggest that, in Suco Biqueli (East Timor), a) social capital is essentially based on trust; b) several challenges remain in the development process, c) several related to basic and immediate needs of the community; and that (d) it carries within its community a community empowerment as a social power to fight against poverty.

Key-words: Social Capital, Community Empowerment and Community Development.

Introdução

Ao pretendermos relevar o *empowerment* e o capital social num processo de desenvolvimento, estamos implicitamente a colocar em causa a necessidade de redefinir os papéis dos atores sociais, reclamando para estes a sua capacitação para construir um desenvolvimento alternativo, baseado nos interesses particulares de cada localidade que de forma genuína, valoriza a redemocratização e participação política dos cidadãos (Friedmann, 1996). Neste sentido, falar dum desenvolvimento alternativo, implica colocar em causa as formas de desenvolvimento tradicionalmente implementadas pelos poderes económico e políticos do Estado, para reequacionar novas lógicas de relacionamento entre o Estado e a sociedade civil (Friedmann, 1996).

De facto, o desenvolvimento é um conceito deveras polissémico, sobretudo quando se pretende abordar a questão do desenvolvimento comunitário ou do desenvolvimento da comunidade. Existem muitos estudos que revelam que o desenvolvimento dum território, em geral, e da sua comunidade, em particular, como um processo não apenas dependendo, quer da disponibilidade dos recursos naturais (*natural resources*), quer da quantidade de capital financeiro (*financial capital*) ou, quiçá, das oportunidades de investimento económico, fomentadores de processos baseados nos paradigmas da modernização e da dependência, onde exacerbam as lógicas otimistas da modernidade, fundada na industrialização e de serviços, como formas de potenciação do combate à pobreza e à exclusão social (Amaro, 2003; Marques, 2017). De facto, são soberbamente conhecidos os relatos sobre as falhas dos processos de desenvolvimento, mormente nos países em vias de desenvolvimento e das suas comunidades, apontando como principal causa dos fracassos, as tendências de desenvolvimento operadas que mais não têm senão fomentado e perseguido a ideia da inevitabilidade do crescimento económico, ignorando a valorização de outras dimensões, entre as quais a dimensão social da sociedade (comunidade) (Amaro, 2003).

Porém, o termo desenvolvimento comunitário não é de data recente. Segundo M. Silva (1963, p. 543) o desenvolvimento comunitário deve ser compreendido

com um “conjunto dos processos pelos quais uma população une os seus esforços aos dos poderes públicos com o fim de melhorar a sua situação económica, cultural e social e bem assim integrar-se na vida da nação e contribuir para o progresso nacional geral”. Efetivamente, na atualidade retomam-se com força as ideias de há mais de meio século, pelo que falar do desenvolvimento e pensar sobre o desenvolvimento da comunidade, significa sobretudo enfatizar novos horizontes de leituras e práticas que valorizam o enfoque da responsabilidade da comunidade nas suas escolhas e decisões; é estimular a participação política direta da ação comunitária. Tratam-se de aspetos cada vez mais valorados e perspetivados como domínios de relevância imprescindível na ordem discursiva e prática do desenvolvimento, onde o lugar e o papel do capital social da comunidade (Gómez, 2014; Paiva, 2008), assim como, a importância das dinâmicas de *empowerment*, representam elementos fundamentais no quadro dos objetivos dum desenvolvimento alternativo (Friedmann, 1996), que queira ser sério e eticamente responsável em prol da melhoria das condições de vida das comunidades presentes e das gerações futuras (C. Silva, 2015).

Tendo estes pressupostos de partida, procurámos analisar a problemática do *empowerment* e do capital social no processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, em Ataúro, Dili, Timor-Leste, tomando como pano de fundo a estratégia de um estudo de caso de natureza qualitativa-descritiva, colocando como ponto de partida a interrogação do seguinte: *Quais as características do desenvolvimento comunitário na comunidade Suco Biqueli, em Ataúro, Dili, Timor-Leste?*. Decorrente desta ideia de partida, operacionalizámos ainda o debate e a pesquisa em torno das seguintes perguntas: 1) *Qual será a importância do capital social no processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, Timor-Leste?*; 2) *Como é que se processam a participação e empowerment da comunidade nas dinâmicas de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, Timor-Leste?*

Considerámos como objetivo geral *conhecer as configurações do empowerment e do papel do capital social da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário*, procurando desta forma analisar as perspetivas presentes e as tendências do capital social, e as formas de participação e

empowerment no contexto de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, Timor-Leste. Considerámos ainda como objetivos específicos do estudo realizado o seguinte: 1) Caracterizar o capital social na comunidade Suco Biqueli; 2) Descrever a importância e o papel do capital social nos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli; 3) Analisar as formas de participação e *empowerment* da comunidade nos processos de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli; 4) Identificar os fatores críticos de sucesso num processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli.

Importa ainda neste ponto introdutório situar geograficamente o local do estudo realizado. O Suco Biqueli é um suco (vila) de cinco sucus que existem no Posto Administrativo de Ataúro, área geográfica integrada no Município de Dili, em Timor-Leste. De relevar que, segundo os dados oficiais de 2001/2002, o Suco Biqueli é considerado como um dos 30 sucus mais

pobres em Timor-Leste, sendo um dos três sucus mais pobres do Posto Administrativo de Ataúro, Município Dili. De acordo com o Censo da População de Timor-Leste, 2015, o Suco de Biqueli ocupa uma área de 36 km², contendo uma população de 2.076 habitantes, sendo 1.052 homens e 1.024 mulheres. Em termos de agregados familiares, residem no Suco Biqueli um total de 589 famílias, repartidas em 4 aldeias: Pala, Ilicnamo, Uaruana e Ilidua. Quanto à afiliação religiosa, sabe-se que a maioria da população deste suco é Cristão Protestante. Conforme o descrito na Tabela 1, a maioria da população deste Suco é composta por Pescadores e Agricultores, sendo essencialmente do sexo masculino (Perfil Suco Biqueli (2014) (Tabela 1). Em termos socioeconómicos, o território apresenta frágeis estruturas económicas, com uma população baixos níveis de condições de vida e de rendimento, situados abaixo do limiar da pobreza, ou seja, abaixo dos 0,88 dólares por dia.

Tabela 1. Características da População segundo a Ocupação e o Género no Suco Biqueli

Tipos de ocupação	Sexo				Total	
	Masculino		Feminino		N.º	%
	N.º	%	N.º	%		
Funcionário Público	26	1,8	4	0,3	30	1,4
Funcionario Contratado	10	0,7	11	1,7	21	1,0
PNTL/F-FDTL	8	0,6	4	0,6	12	0,6
Voluntário Governo/ONG	5	0,3	3	0,5	8	0,4
Pescador	580	40,2	13	2,1	593	28,6
Agricultor	240	16,6	220	34,9	460	22,2
Veternária	230	15,9	18	2,9	248	12,0
Estudantes	301	20,8	297	47,1	598	28,8
Negociantes e outros	44	3,0	60	9,5	104	5,0
Total	1.444	100,0	630	100,0	2.074	100,0

Fonte: Perfil Suco Biqueli, Posto Administrativo Ataúro, Município Dili, Timor-Leste (Outubro, 2014)

De relevar ainda que as principais razões de ser do estudo realizado, para além das de ordem da motivação pessoal, enquadram-se ainda a vontade de conhecer e de aprofundar a reflexão e o debate sobre as problemáticas do desenvolvimento em Timor-Leste, nomeadamente no que concerne às logicas que subjazem nos processos de desenvolvimento comunitário nas pequenas localidades como os sucus deste jovem país, questionando eventuais configurações do papel do capital social nas perspetivas e contexto de

empowerment da comunidade num processo de desenvolvimento comunitário.

Para desenvolver o estudo realizado, colocámos ainda como hipótese de trabalho o seguinte: *O sucesso do processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli está relacionado com a forma como os agentes de desenvolvimento valorizam o papel e o lugar do capital social e do empowerment nas práticas de intervenção.* Longe de ser uma mera afirmação categórica, tomámos como primeiro

procedimento metodológico a necessidade de pôr em causa a validade desse argumento e não o aceitar logo como verdadeiro, construindo uma ruptura com o senso-comum em torno das noções de *empowerment* e de capital social, através duma revisão sistemática integrativa sobre estes campos conceituais. Num segundo momento, abraçando uma abordagem qualitativa com uma estratégia de estudo de caso, partimos para o trabalho de campo, operacionalizando uma observação direta não participante e a aplicação de um guião de entrevista semi-estruturada, composta por 15 perguntas principais, organizadas em três grandes tópicos (processos de desenvolvimento comunitário; capital social na comunidade; participação e *empowerment* da comunidade), junto de 9 informantes privilegiados, compostos por líderes da comunidade (*liderança comunitária*), profissionais locais (pastores ou sacerdotes da igreja protestante, professores, pescadores e membros das comunidades). O trabalho de campo foi realizado em dois momentos diferentes, sendo primeiro realizado entre Setembro a Dezembro de 2016 e o segundo decorrido entre Setembro a Dezembro 2017.

Assinalamos ainda como nota final desta introdução que os resultados das entrevistas foram compilados num *corpus*, sobre o qual foram tratados, quer numa perspectiva interpretativa, segundo dos pressupostos a análise de conteúdo, nas técnicas temático-categoriais e estruturais, quer num horizonte lexicométrico com os *softwares Iramuteq e T-Lab Plus 2018*, analisando as ocorrências e co-ocorrências das palavras-chave principais que enformam o discurso dos entrevistados, cujos resultados preliminares são apresentados mais adiante no presente trabalho.

1- Horizontes da arquitetura conceitual

1.1- *Empowerment*: De quem estamos a falar?

Depois de longas décadas de vigência de um paradigma dominante e centralista que têm imposto um pouco por todo o lado a uma escala global, renovam-se novas leituras para retomar e reclamar uma maior capacitação dos cidadãos e de toda a sociedade civil na gestão dos seus próprios assuntos e interesses, designadamente através de processo de *empowerment* social e político (Friedmann, 1996).

Relembremos sumariamente as teses do paradigma de desenvolvimento centrado na produção (*Production Center Development*) ou centrado na economia (*Economic Center Development*) (Hikey & Mohan, 2004), cuja ação centralista, mobilizada pelos poderes centrais e numa economia convencional, sem horizontes de sustentabilidade (*unsustainable*), apenas trouxe um forte desvio da ação coletiva, conduzindo à génese dum certo *desempowerment* no seio dos cidadãos (Friedmann, 1996). Foi contra este *deficit* de envolvimento dos cidadãos e demais fracassos nos processos de desenvolvimento centralizado, gerador de vastos fenómenos de pobreza e exclusão, que emergiu o paradigma de desenvolvimento mais centrado nas pessoas (*People Centered Development*) (Hikey & Mohan, 2004), considerado como um modelo de desenvolvimento mais descentralizado e local, mais perto e participativo dos cidadãos, que, em última instância, permite promover mais *empowerment* e sustentabilidade da comunidade (Soetomo, 2011, p. 67-72). Foi claramente uma mudança de mentalidades e de foco da ação política do desenvolvimento, ao impor uma mudança radical ou transformação do paradigma de desenvolvimento “de cima para baixo” (*top down*) para uma outra linha de construção dos processos a partir “de baixo para cima” (*bottom-up*) (Mansuri & Rao, 2012; Jones & Kardan, 2013, p. 5), passando assim a considerar que o capital social das comunidades, a par da participação direta e do *empowerment*, podem igualmente desempenhar um papel relevante nas tomadas decisões que afetam suas vidas.

Tomando como ponto de partida as perspetivas de Friedmann (1996), somos ainda levados a admitir

que, em primeira e em última instância, construir um desenvolvimento alternativo, fundado na ideia dum desenvolvimento comunitário, significa considerar que o *empowerment* deve ser um dos objetivos nucleares do próprio desenvolvimento comunitário. Por outras palavras, significa tomarmos em consideração que subjaz no próprio sentido de *empowerment* a ideia de “ajuda” e de “estímulo” duma comunidade para aumentar a sua capacidade de decisão e ação política na mudança social, dotando aos atores sociais a necessária capacitação para identificar os recursos, oportunidades, habilidades/competências para gerir a informação e o conhecimento, para poder participar e decidir “bem” as suas escolhas num processo de desenvolvimento, e construir um futuro melhor nos termos dos “desejos” e das melhores opções da própria comunidade (Thomas, 2000, p. 35).

Face ao exposto, o *empowerment* da comunidade pode ser interpretado como um dos elementos centrais da ação política, mais orientado para “capacitar as pessoas e as comunidades para intervirem no seu próprio desenvolvimento autossustentado” (Afonso & Fernandes, 2005, p. 62). Admite-se nesta perspetiva que um processo de *empowerment* não representa uma retórica de que “as sociedades (comunidades) podem certamente fazer tudo sozinhas”, antes porém, representa algo importante, capaz de estimular, motivar e mobilizar os atores sociais na participação ativa na construção do processo de desenvolvimento. Mas, será isso suficientemente clarificador a ideia de *empowerment*? Não nos parece ser.

Vejam os. Com a alteração de paradigma de desenvolvimento focado numa lógica de *bottom-up*, a participação comunitária ou melhor a participação direta e ativa da comunidade e o *empowerment* comunitário passaram a ser dois elementos cruciais dum processo de desenvolvimento comunitário. Embora concetualmente a noção de participação comunitária (participação direta e ativa da comunidade) e de *empowerment* comunitário ou da comunidade não sejam sinónimos, mas mesmo sendo diferentes, eles são inseparáveis, na medida em que “movem” nos processos de desenvolvimento de forma interconectados e interdependentes, no contexto do exercício da ação coletiva e da cidadania.

A problemática da autonomia dos atores sociais nas tomadas de decisões é um dos aspetos fundamentais do *empowerment*. Tal como refere Friedmann (1996, pp. 8-34), o *empowerment* “é todo o acréscimo de poder que, induzido ou conquistado, permite com que os indivíduos ou unidades familiares aumentem o seu exercício de cidadania. (...) O poder social diz respeito ao acesso a certas bases de produção doméstica, tais como a informação, o conhecimento e técnicas, a participação em organizações sociais e os recursos financeiros”.

Na mesma linha de ideias, Oakley & Clayton (2003, p. 7) consideram que o elemento básico do *empowerment* é o poder (“*power*”), argumentando ainda que o poder é inevitável e omnipresente em todas as sociedades, muitas vezes manifestado entre aqueles que detêm o poder de controlo dos recursos económicos e demais meios de produção e aqueles que não têm. Por conseguinte, falar de *empowerment* comunitário, é falar sobre aqueles que “têm poder” ou “não têm poder” para decidir e fazer escolhas sobre as suas vidas (Oakley & Clayton, 2003), ou na relação entre “poder” e “pobreza” (Long, 1997; Oakley & Clayton, 2003). Neste sentido, dotar uma comunidade de *empowerment* significa sobretudo consciencializar a comunidade de que é possível sair do ciclo vicioso de pobreza, “a partir da economia doméstica para domínios da prática social progressivamente maiores (incluindo a economia dominada pelo poder empresarial, aos níveis macro e meso) antes de regressar à microeconomia das comunidades locais onde as unidades domésticas e as respetivas participações se tornam de novo visíveis” (Friedmann, 1996, pp. 56-57). É precisamente por valorar estes aspetos que Friedmann (1996) argumenta que o *empowerment* caracteriza-se pela sua natureza **social** (capacidade influência do público), **político** (participação na decisão política sobre questões que dizem respeito a nível local) e **psicológico** (estímulo à capacitação para a consciencialização crítica da autonomia e desenvolvimento pessoal e dos grupos).

Argumentam os diferentes autores que seguimos que o poder do próprio capital social enquanto recurso facilitador para potenciar o *empowerment* comunitário ou da comunidade é imprescindível num processo de

desenvolvimento comunitário no local. Ganha aqui sentido a afirmação de Pinto (citado por Carmo, 2007, p.168) de que o *empowerment* “é um processo de reconhecimento, criação e utilização de recursos e de instrumentos pelos indivíduos, grupos e comunidades, em si mesmos e no meio envolvente, que se traduz num acréscimo de poder psicológico, sociocultural, político e económico que permite a estes sujeitos aumentar a eficácia do exercício da sua cidadania”. Trata-se de uma abordagem que coloca as pessoas e o poder para agir no centro dos processos de desenvolvimento. Portanto, o *empowerment* não é uma dádiva qualquer, nem é neutro. Ele é construído e conquistado como um poder para a ação, onde a participação é direta e não se reduz na mera participação no fazer, mas também na tomada de decisão (Silva, 2004).

Em síntese, quando falamos desenvolvimento comunitário, estamos igualmente a falar do *empowerment* comunitário, bem como do poder do capital social da comunidade (sobretudo do poder do capital social dos pobres), enquanto elemento mediador e fulcral para facilitar e mobilizar a participação direta e ativa da comunidade. Por outras palavras, uma comunidade é *empowered*, se e só se tiver fortes relações e manifestações objetivas de poder do seu capital social, sem a qual não é possível construir a mobilização e a participação na ação comunitária, nem tomar as necessárias decisões políticas sobre o seu futuro.

1.2- *Capital Social: Para que serve?*

O capital social é um conceito complexo, tendo sido estudado pelos economistas, cientistas políticos, antropólogos e sociólogos, pelo que encontramos uma pulverização de perspetivas e tópicos da discussão em teses, artigos e revistas científicas (Alder & Kwon, 2014, p. 412). A verdade é que a expressão “capital social” pode referir-se a muitas coisas, tais como às relações informais entre grupo e instituições sociais, normas, atitudes e valores que determinam e estruturam as interações sociais. Também há autores que privilegiam a ideia de capital como uma derivação do capitalismo, remetendo-o a

um bem que um indivíduo possui, ou à dimensão económica e às lógicas da riqueza e do mercado. São sobretudo os das correntes marxistas que enfatizam a tese de Marx (1988, p. 251), argumentando que o “capital não é uma ‘coisa’ qualquer, mas sim algo determinado pela relação de produção, pertencente a uma determinada formação sócio histórica, e que representa uma ‘coisa’ que dá um carácter especificamente social a essa ‘coisa’”.

A verdade é que falar de capital social, não se delimita no questionamento das relações de produção. Embora existam várias perspetivas e noções do capital social, retenhamos a nossa atenção em torno das perspetivas de três dos principais autores sobre o capital social: Pierre Bourdieu, James Coleman e Robert Putnam.

Na perspetiva de Pierre Bourdieu, sociólogo da era contemporânea, é impossível compreender o mundo social sem conhecer o papel do capital e de todas as suas possíveis formas, não restritas à forma reconhecida pela teoria económica (Field, 2003, p. 24). Para o autor, existem várias tipologias de capital e que consistem em capital económico, capital cultural e capital social (Bourdieu, 1986; Field, 2003). O capital económico está relacionado com a posse de meios de produção e a riqueza, tais como a terra, fábricas, máquinas, ferramentas e dinheiro, sendo determinantes para a reprodução das posições sociais dos indivíduos. O capital cultural é incorporado, objetivado e institucionalizado, interferindo, por exemplo, no desempenho dos indivíduos no acesso às qualificações educacionais. Em termos estritos, o capital social consiste na “manifestação” das redes de relações sociais mobilizáveis para obtenção de benefícios (Bourdieu, 1986; Bonamino et al., 2010, p. 488). Segundo o autor, o capital cultural e o capital social devem ser tratados como um recurso ativo (*asset*), resultante do produto do trabalho acumulado (Field, 2003) ou do investimento social (Lin, 2003; Gómez, 2014). Ou seja, o capital social está relacionando com outras formas de capital, tais como o capital económico e o capital cultural (Field, 2003).

Adler & Kwon (2002, p. 20) subscrevem esta tese, argumentando que, para Pierre Bourdieu (1986, pp. 243-248), o capital social é “um conjunto de recursos atuais ou potenciais relacionados com a posse de uma rede durável de ligações, mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interrelacionamento”, sendo “composta por obrigações sociais (conexões) convertíveis, em determinadas condições, em capital económico que pode ser institucionalizado sob a forma de um atributo social”. Aliás, para o autor, “o volume de capital social que cada ator social pode possuir “depende da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume do capital pertencente a quem está ligado” (Bourdieu, 1986, pp. 243-248). De facto, de acordo com a perspetiva bourdiana, o capital social emerge da articulação tríplice entre os seus elementos constitutivos (redes de relações sociais facilitadoras de acesso aos recursos), os benefícios que resultam da participação dos indivíduos na rede social e das formas de reprodução do próprio capital social. Não é de admirar que o capital social é importante para determinados estratos de classe, decorrente dos benefícios materiais e simbólicos que os indivíduos possam extrair, como certas elites que procuram por esta via assegurar a sua posição relativa no espaço social (Bourdieu & Wacquant, 1992). Por outras palavras, segundo Bourdieu, o capital social está intimamente relacionado com o *habitus* dos indivíduos, sobretudo para as elites que possuem certas disposições duráveis e esquemas estruturados que lhes orientam a ação e a dominação no campo social. Neste sentido, o capital social pode fornecer um “apoio útil” às elites, sendo um capital essencialmente fundado pela interiorização pelos agentes de certas normas e valores (Bourdieu, 1986), tais como a autoestima e a honra, constituindo assim um meio de troca, por exemplo, no acesso a uma carreira política, quando alguém quiser “assediar clientes” para cargos que sejam socialmente importantes (Field, 2003; Adler & Kwon, 2002).

Uma outra figura incontornável quando se fala de capital social no contexto e perspetiva de desenvolvimento comunitário é sem sobra de dúvidas James Coleman. Na perspetiva do autor,

dada à natureza da função do capital social, ele não é uma entidade única, mas sim uma variedade de diferentes entidades e recursos. Aliás, para o autor, todos estes elementos “encontram-se numa dada estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura” (Coleman, 1990, p. 302; Adler & Kwon, 2002, p. 22). Assim sendo, para Coleman, o capital social comporta uma característica instrumental, representando os recursos que os atores podem mobilizar ou utilizar, envolvendo uma certa expectativa de reciprocidade, pelo que qualquer indivíduo pode estar inserida numa rede mais ampla, cujos relacionamentos são “governados” por elevados níveis de confiança e de valores mútuos (Field, 2003, p. 33) que os movem para a ação. Em síntese, Coleman argumenta que o conceito de capital social é “um meio para explicar como as pessoas podem trabalhar em conjunto” (Field, 2003, p. 34), em prol do interesse do coletivo.

Para além das perspetivas de Bourdieu e de Coleman, importa ainda salientar uma outra perspetiva relevante do capital social no contexto de desenvolvimento comunitário e que é a de Robert Putnam, autor muito citado nas áreas da ciência política. Segundo Adler & Kwon (2002), a tese de Putnam insere-se numa perspetiva política que pode ser considerada como uma tese tributária das perspetivas de Coleman. Em termos estritos, Putnam (1993, p. 177-179) considera que o capital social pode ser visto como um fenómeno social, intimamente relacionado com dois aspetos nucleares. Por um lado, a associação de indivíduos em redes ou outras formas de organização locais ou horizontais, e, por outro lado, a existência da confiança mútua e da reciprocidade entre os atores sociais. Dito de outro modo, para Putnam (1993), o capital social é uma das “características de uma organização social, tais como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação em prol do benefício mútuo” (Adler & Kwon, 2002, p. 20). Acrescenta ainda o autor que o capital social faz “parte da vida social, através das redes, normas e crenças que encorajam os participantes a agirem em conjunto de forma mais eficaz para alcançar objetivos comuns” (Putnam, 1993), argumentando ainda que a densidade dos

contactos sociais, dos vínculos e laços sociais pode afetar o grau de produtividade individual e grupal, razão pela qual as redes sociais possuem um valor fulcral nos processos sociais e políticos (Field, 2003, p. 51).

Subjaz nas teses dos autores que seguimos que os laços sociais são fundamentais para os atores sociais. Tal como Paugam (2009, p.63 citado em Rosa, 2012, p. 3) argumenta os laços sociais são fundamentais para a sobrevivência dos indivíduos, na medida em que “são múltiplos e de natureza diferente, mas todos eles fornecem aos indivíduos simultaneamente a proteção e o reconhecimento necessário à sua existência social. A proteção remete para o conjunto de suporte que o indivíduo pode mobilizar face aos acasos de vida (recursos familiares, comunitários, profissionais, sociais), o reconhecimento remete para a interação social que estimula o indivíduo fornecendo-lhe a prova da sua existência e a sua valorização aos olhos do outro e dos outros”. Esta tese de Paugam reenvia a importância dos mecanismos de solidariedade mecânica e orgânica durkheimianos que subjazem no conceito de laço social, pois tal como afirma Leandro (2011, p.30 citado em Rosa, 2012, p. 3), “a solidariedade, enquanto laço social, afigura-se como um valor em alta, constituindo um eixo permanente dos indivíduos, das políticas, das aspirações da generalidade dos indivíduos, até porque se sentem que se trata de algo deveras periclitante perante uma economia e sociedade em crise e desassossego”. Perspetivada desta forma, a “solidariedade e as suas práticas não podem ser mecânicas, por apelarem à consciência de cada indivíduo” (Rosa, 2012, p. 4). Contudo a força dos laços sociais nas relações entre os atores sociais supõe a existência da confiança entre os mesmos. Porém, a questão da confiança é complexa, sendo balizada por contextos socio-espaciais e temporais, na medida em que “as relações de confiança quaisquer que sejam os quadros sócio históricos, no seio das quais sejam consideradas, ajudam a estruturar as posições dos atores, dando conta do sentido ou dinâmica das suas interações” (Balsa, 2006, p.12). Paraphraseando Balsa (2006) e tomando por empréstimo as ideias de Williamson (s/d), a confiança ou credibilidade entre o “eu e o

outro” representa sobretudo um “determinado nível de probabilidade subjetiva, estimada por um agente, de que um outro agente, ou grupo, empreenderá uma ação específica” (Balsa, 2006, p.12).

Numa tentativa de esforço de caracterização do capital social, Kleinhans, Priemius e Engbersen (2007 citado em Gómez, 2014, p. 57) argumentam que há duas grandes tipologias do capital social num contexto social, sendo um de natureza **interna** e a outra **externa**. Porém, articulando a classificação de Kleinhans, Priemius e Engbersen com as de Adler & Kwon, somos a considerar que ambas as perspetivas são semelhantes, representando a interna o *bonding* (laços/vínculos sociais que asseguram a coesão das redes de pertença e de referência) do capital social, sendo a externa constituída pelo *bridging* (conexões/ligação social que assegura a solidariedade social) do capital social. Decorrente destas duas tipologias, sobressai uma dimensão intermédia ou conjunta entre interna e externa, interpretável como *linking* (integração na rede social) do capital social numa comunidade. Assim sendo, tendo em conta as perspetivas de Bourdieu, Coleman e Putnam, bem como outras referências revistas por Adler & Kwon (2002) e descritas na Tabela 2, é possível sistematizar três grandes tipologias de classificação do capital social, conforme o seguinte: a) **externa** (*bridging* baseada nas conexões de reconhecimento social dos atores), b) **interna** (*bonding* baseada nos laços de proteção social dos atores), e, c) conjunto **interno e externo** (*linking* baseado na *valorização* da rede social onde veicula o capital social).

Embora seja possível definir o capital social segundo três grupos de tipologias como o descrito acima (Tabela 2), mas escudando-se em Bullen & Onyx (2005), tal como sugere Gómez (2014), é possível definir duas dimensões ou formas dos próprios elementos do capital social numa comunidade: estrutural-relacional; cultural-cognitivo. Por um lado, é necessário considerar uma dimensão de capital social do tipo **estrutural-relacional**, baseada nos fundamentos da participação/conexões entre os atores sociais a nível micro e meso (*bonding, bridging, linking*), e onde predominam as seguintes linhas de ação: participação, filiações familiares e conexões de trabalho, pró-

atividade. Por outro lado, marca presença uma outra dimensão do capital social, designado de **cultural-cognitivo** que se fundamenta na ideia de uma permanente construção dum capital social, através das

orientações simbólico-valorativos macrosociais, entre os quais o seguinte: confiança, tolerância e valores da vida (Gómez, 2014, p. 70) (Tabela 3).

Tabela 2: Principais perspetivas sobre o Capital Social na Comunidade

Autor	Definições de capital social
Perspetiva Externa	
Baker (1990, 619)	“Um recurso que deriva duma estrutura social específica e que os atores utilizam para perseguir o seu interesse; ele é ‘criado’ tendo em conta as mudanças nas relações entre os atores”.
Belliveau, O’Reilly & Wade (1996, 1572)	“Uma rede individual, pessoal e filiações institucionais duma elite”.
Bourdieu (1985, 248 & 243)	“um conjunto de recursos atuais ou potenciais relacionados com a posse de uma rede durável de ligações, mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e interrelacionamento”, & “composta por obrigações sociais (conexões) convertíveis, em determinadas condições, em capital económico que pode ser institucionalizado sob a forma de um atributo social”.
Bourdieu & Wacquant (1992, 119)	A soma dos recursos, reais ou virtuais, que revertem para um indivíduo ou um grupo, em virtude de possuir de uma rede durável, mais ou menos institucionalizada, de relações de conhecimento mútuo e reconhecimento.
Boxman, De Graaf & Flap (1991, 52)	O número de pessoas que pode ser esperado para prestar apoio e os recursos que essas pessoas têm à sua disposição.
Burt (1992, 9 & 1997b, 355)	“Amigos, colegas e os contactos mais gerais pelos quais recebem oportunidades para usar o seu capital financeiro e humano” & “as oportunidades que surgem numa rede”.
Knoke (1999, 18)	“Processo pelo qual os atores sociais criam e mobilizam as suas conexões de rede dentro e entre as organizações, para ter acesso a outros recursos e relações com atores sociais”.
Portes (1998, 6)	“A capacidade dos intervenientes para assegurar os benefícios decorrentes da participação em redes sociais ou outras estruturas sociais”.
Perspetiva Interna	
Brehm & Rahn (1997, 999)	“A teia de relações de cooperação entre os cidadãos que facilita a resolução dos problemas da ação coletiva”.
Coleman (1990, 302)	“O capital social é definido pela sua função. Ele não é uma entidade única, mas uma variedade de diferentes entidades que têm duas características em comum. Todos eles encontram-se numa dada estrutura social e facilitam certas ações dos indivíduos que estão dentro da estrutura”.
Fukuyama (1995, 10 & 1997)	“A capacidade das pessoas para trabalhar em conjunto para fins comuns em grupos e em organizações”, & “o capital social pode ser simplesmente definido como a existência de um certo conjunto de valores ou normas informais partilhadas entre os membros de um grupo que permitem a cooperação entre eles”.
Inglehart (1997, 188)	“Uma cultura de confiança e tolerância que emergem das extensas redes de associações de voluntários”.
Portes & Sensenbrenner (1993, 1323)	“As expectativas para a ação dentro de uma coletividade que afetam os objetivos económicos e as expectativas de comportamento dos seus membros, mesmo se essas expectativas não sejam orientadas para a esfera económica”.
Putnam (1995, 67)	“Características de uma organização social, tais como as redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em prol dum benefício mútuo”.
Thomas (1996, 11)	“Meios e processos voluntários são desenvolvidos no âmbito da sociedade civil que promovem o desenvolvimento para o todo coletivo”.
Perspetiva Conjunta (articulação interna-externa)	
Loury (1992, 100)	“Que decorre naturalmente das relações sociais entre as pessoas, promovendo ou auxiliando a aquisição de habilidades e características valorizadas no mercado... Um ativo que pode ser tão significativo e relevante como os ‘legados financeiros da contabilidade’, com vista à manutenção da desigualdade na nossa sociedade”.
Nahapiet & Ghoshal (1998, 243)	“A soma de recursos reais e potenciais do contexto social, disponíveis através de derivados da rede de relacionamentos numa unidade individual ou social. O capital social compreende, assim, tanto a rede e os ativos que podem ser mobilizados pela rede”.
Pennar (1997, 154)	“A teia de relações sociais que influencia o comportamento individual e, portanto, afeta o crescimento económico”.
Schiff (1992, 160)	“O conjunto de elementos da estrutura social que afeta as relações entre as pessoas que emerge em função da utilidade”.
Woolcock (1998, 153)	“A informação, confiança e normas de reciprocidade inerente às redes sociais”.

Fonte: Adler & Kwon, S. (2002).

Tabela 3: Dimensões (formas), Tipologias e Elementos do Capital Social

Dimensões do Capital Social	Tipologia do Capital Social	Elementos do Capital Social
Estrutural-Relacional (Participação/Conexões sociais)	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Bonding</i> Capital Social (análise nível micro) • <i>Bridging</i> Capital Social (análise nível meso) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação na comunidade local ▪ Laços e conexões familiares e amigos ▪ Laços e conexões de trabalho ▪ Pró-atividade num contexto social
Cultural-Cognitivo (Construção do Capital Social)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ <i>Linking</i> Capital Social (análise nível “macro” da rede social) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sentimento de confiança e segurança ▪ Tolerância da diversidade ▪ Valores da vida

Fonte: Adaptado de Gómez (2014) baseado em Bullen & Onyx (2005)

Face ao exposto, o capital social numa comunidade não é de fácil definição, embora se possa ser explicado através de três tipologias (*bonding*, *bridging* e *linking*), e caracterizado por duas dimensões ou formas: estrutural-relacional e cultural-cognitivo. Estas caracterizações não significam que as tipologias *bonding*, *bridging* e *linking* veiculam em ambientes sociais estanques (sistema fechado), formando uma espécie de *closed social capital*, na medida em que elas interagem com elevada interdependência entre os laços, vínculos e demais conexões dos atores sociais no seio das redes sociais. Ou seja, num contexto de desenvolvimento comunitário, por exemplo, se o *bonding* pode interferir na gênese dum capital social “fechado” (*closed social capital*) na comunidade, mas tais laços e vínculos demasiados fortes no microcosmo, não podem ser considerados como um recurso (capital) útil no processo de desenvolvimento, se o *bridging* capital social da comunidade ou melhor as conexões efetivas das relações sociais não forem igualmente “fortalecidas”. Por outras palavras, podemos dizer que, a dimensão cultural-cognitivo (“macro”) do capital social numa comunidade não se “desenvolve” bem, sem a presença do *bridging* (“meso”) nem da dimensão relacional-estrutural (“micro”), sobretudo se houver ruptura da rede social (*linking*–“macro”) que sustenta o próprio capital social.

Perspetivamos, assim, que é possível existir uma variação das intensidades dos laços e vínculos que subjazem no capital social, bem como dos fluxos das

orientações simbólico-valorativos que interferem nas diversas conexões das redes sociais, aspetos que nos permitem compreender a operatividade a diferentes níveis que o próprio capital social possa emergir, seja de ordem cultural-cognitivo ou relacional-estrutural, atravessada pelas lógicas dos laços sociais e de filiação familiar (*bonding*–“micro”), das conexões sociais favoráveis à participação e solidariedade (*bridging*–“meso”) e das redes sociais (*linking*–“macro”) que veiculam no seio comunidade. Estas relações entre as tipologias e dimensões de capital social encontram-se sistematizadas conforme o Esquema 1.

Em síntese, tendo presente a sua importância no contexto de desenvolvimento comunitário, bem como o papel de *empowerment* da comunidade em relação com o poder de agir na melhoria das condições da vida (qualidade da vida) da comunidade, então o capital social deve ser entendido como um recurso e uma capacidade efetiva dos atores sociais (os membros das comunidades *empowered*) em trabalhar em conjunto (capacidade e habilidade em construir o trabalho em grupo e em equipa) para alcançar objetivos comuns através da cooperação em atividades organizadas de forma consensualizada, sendo estas mantidas coesas através da valorização da confiança e da expectativa do benefício mútuo. Por outras palavras, ao fazer parte inerente da vida social e muito dependente da relação de forças dos laços, vínculos e demais conexões que veiculam nas redes sociais, podemos considerar que, parafraseando Putnam (1995, 2000), Field (2003), Gómez (2014), entre outros, o

capital social “armado” com a força do *empowerment* serve, numa visão utilitarista e estratégica dos atores sociais na estruturação da ação coletiva, para potenciar a teia de relações das redes sociais nos processos sociais e políticos do desenvolvimento comunitário.

Em síntese, o capital social é um recurso decisivo e determinante num processo de desenvolvimento comunitário.

Esquema 1: Relação entre as tipologias e dimensões de capital social numa comunidade

	“Macro”- <i>linking</i>		
Dimensão cultural-cognitivo	Instituições do Estado	Governação local Participação e solidariedade mais “orgânica” Integração e reconhecimento social Conexões e redes sociais	Dimensão Relacional-Estrutural
	“Meso”- <i>bridging</i>		
	Confiança Tolerância Valores sociais	Participação “eletiva” e pro-ativa Laços sociais Laços de filiação	
	“Micro”- <i>bonding</i>		

Fonte: adaptado de Svendsen & Svendsen (2009), acrescidas das adaptações de Gómez (2014) e Adler & Kwon (2002).

2- O Capital Social e o *Empowerment* Comunitário na Comunidade Suco Biqueli num Processo de Desenvolvimento Comunitário

Neste ponto, damos a conhecer os resultados preliminares do estudo realizado no Suco Biqueli, Timor-Leste, apresentando em traços gerais os dilemas e desafios que se colocam no desenvolvimento comunitário, em face às características do *empowerment* e do capital social possíveis de identificar no *corpus* das entrevistas.

Em termos formais, o *corpus* das entrevistas recolhidas é composto por 9 textos, detendo 595 segmentos de textos, 1852 formas, das quais 707 são formas ativas e 631 formas suplementares, elementos estes que

permitiram identificar 21488 ocorrências. As formas ativas com frequência superior a 3 é de 377, sendo a média de formas por segmento de texto de 36,1. Identificámos ainda 577 *hapax* (palavras únicas) e que correspondem a 2,7% das ocorrências e 42,2% das formas. Através do tratamento dos dados do *Iramuteq* e tendo presente as 9 unidades de contexto inicial (UCI), foram retidas 413 unidades de contexto elementar (UCE) em 595 segmentos de textos, admitindo para o tratamento lexical 69,4% do *corpus* reformado que nos permitiu extrair 4 agrupamentos lexicais relevantes.

De acordo com o protocolo de procedimentos do *Iramuteq*, submetemos o *corpus* ao tratamento da técnica de nuvens de palavras, seguida da análise da similitude das ocorrências e da classificação hierárquica descente dos agrupamentos lexicais.

Esquema 4- Co-ocorrências da palavra-chave “projeto” do corpus das entrevistas



Fonte: Output do T-Lab Plus 2018

Subjaz no *corpus* dos entrevistados que a lógica da vivência no Suco Biqueli é marcada pela confiança que os atores sociais depositam entre si e na credibilidade das ações das lideranças da comunidade. Os seguintes extratos das entrevistas subscrevem a nossa apreciação:

“as organizações e os grupos comunitários foram criadas pelas próprias iniciativas das comunidades. Os líderes locais só formalizam e registam, ao mesmo tempo dão alguma motivação” (E1).

“a comunidade neste Suco está consciente de que para resolver os problemas têm de ser conjuntamente e unidas, com confiança mútua. Pensam positivamente para viver em harmonia. (...) Por exemplo, no aspeto de empréstimo, há sempre a garantia de que o dinheiro não se perde, porque há confiança mútua sempre membro do grupo numa cooperativa. (...) todas as pessoas sabem que têm de participar, (...) podemos dizer que a participação na comunidade é importante em tudo. (...) somos pobres, mas sabemos que as pessoas, os grupos e os líderes da comunidade sabem inspirar a comunidade para

trabalharem em conjunto e trabalharem em equipa para libertar o povo da própria pobreza” (E2).

“Há muitos grupos comunitários, como o grupo de pesca, (...) estes grupos foram criadas pelas próprias iniciativas das comunidades. (...) Decisão coletiva e junto sempre... (...) obtivemos muito peixe e ganhamos muito dinheiro. Utilizámos o dinheiro dos grupos sobretudo em termos empréstimos, para podermos a atender às necessidades da família, no apoio ao estudo dos filhos e para melhorar a casa” (E5).

“(…) para desenvolver o que é que bom para vida na comunidade, tem de ser através do trabalho em conjunto e com alguém que tenha experiência. (...) A própria comunidade utilizou o seu próprio dinheiro para construir um salão de encontro. Um grupo da comunidade organizou uma formação como a costura da roupa, para elas poderem ganhar o dinheiro e melhorar as suas vidas” (E6).

“Foi mobilização da liderança comunitária e a participação ativa da própria comunidade (...), com a liderança e a comunidade a trabalharem em conjunto é que conseguimos algumas coisas” (E8).

“As pessoas deste Suco sempre cumprem os seus deveres e promessas, devolvem o dinheiro de acordo com um tempo determinado. Em Biqueli, esta situação de confiança mútua, já é considerado como uma cultura. (...) As prioridades desses grupos comunitários foram o trabalho em conjunto e o apoio mútuo para bem-estar comum e melhoria das condições da vida das famílias” (E9).

Para melhor perceber a relevância de tais relações de confiança e de trabalho em conjunto, submetemos o *corpus* das entrevistas ao tratamento do *Iramuteq* com a técnica da classificação hierárquica descendente dos agrupamentos lexicais. Os resultados obtidos

permitiram-nos caracterizar que o *corpus* é composto por 4 classes ou contextos temáticos das formas discursivas relevantes sobre os desafios e dilemas do processo de desenvolvimento, aspetos que são transversais à natureza do tipo de *empowerment* movido pelos atores sociais para a resolução dos seus problemas, bem como das características do capital social que veiculam na comunidade de Suco Biqueli.

Em termos escritos, todas as classes de agrupamentos lexicais apresentam de certo modo um peso semelhante, sendo a mais relevante a classe 4 (27,6%), seguida da classe 2 (25,9%), e depois a classe 1 (23,7%) e a classe 3 (22,8%) (Esquema 5).

A classe 4 (cor roxa) é formada por 114 das 413 UCE, correspondente a um peso de 27,6% do *corpus*. As palavras-chave mais relevantes são, por ordem decrescente, as seguintes: pessoa (chi2= 70,89; p= 0,000); empréstimo (chi2= 66,96; p= 0,000); confiança (chi2= 62,27; p= 0,000); dinheiro (chi2= 58,42; p= 0,000); exemplo (chi2= 52,42; p= 0,000); relação (chi2= 51,43; p= 0,000).

A classe 2 (cor verde) é formada por 107 das 413 UCE, detendo um peso no *corpus* na ordem dos 25,9%, sendo composto pelas seguintes principais palavras-chave: processo (chi2= 76,61; p= 0,000); ponto (chi2= 58,42; p= 0,000); produto (chi2= 32,04; p= 0,000); oportunidade (chi2= 30,83; p= 0,000); ameaça (chi2= 29,31; p= 0,000); pesca (chi2= 28,51; p= 0,000); aspeto (chi2= 28,48; p= 0,000); local (chi2= 26,54; p= 0,000); proposta (chi2= 26,31; p= 0,000).

Quanto à classe 1 (cor vermelha), ela formada por 93 das 413 UCE, o que corresponde a um peso no *corpus* na ordem dos 23,7%, cujas principais palavras-chave são as seguintes: estrada (chi2=217,91; p= 0,000); eletricidade (chi2= 211,53; p= 0,000); água (chi2= 178,72; p= 0,000); acesso (chi2= 107,03; p= 0,000); atingir (chi2= 85,18; p= 0,000); conseguir (chi2= 82,94; p= 0,000); aldeia (chi2= 68,29; p= 0,000).

Por último, temos a classe 3 (cor azul) composta por 94 das 413 UCE, detendo um peso no *corpus* na ordem dos 22,8%, sendo as principais palavras-chave as seguintes: opinião (chi2=98,65; p= 0,000); inspirar

(chi2= 95,53; p= 0,000); pobreza (chi2= 76,34; p= 0,000); participação (chi2= 71,87; p= 0,000); apresentar (chi2= 55,01; p= 0,000); esforçar (chi2= 50,42; p= 0,000); trabalhar (chi2= 44,88; p= 0,000); basear (chi2= 36,93; p= 0,000); mudar (chi2= 35,82; p= 0,000); solidariedade (chi2= 33,38; p= 0,000); concordar (chi2= 32,39; p= 0,000); afirmação (chi2= 31,22; p= 0,000); realização (chi2= 29,85; p= 0,000); conjunto (chi2= 29,83; p= 0,000).

Em conformidade com as projeções das classes dos agrupamentos lexicais nos planos factoriais 1 (42,6%) e 2 (29,5%) que explicam 72,1% da massa de informação, verificamos que a classe 3 encontra-se projetada no 3º quadrante, as classes 2 e 4 no 2º quadrante e a classe 1 no 4º quadrante (Esquema 6).

Considerando os valores de inércia obtidos, com valor de 0,37 para classe 1, de 0,26 para a classe 2, 0,29 para a classe 3 e 0,27 para a classe 4, bem como os valores de correlação e contribuições classe-factor, é de considerar que o factor 1 é essencialmente formado pelos contributos da classe 1 (mass: 0,254; COR: 0,95; CTR: 0,69), e o factor 2 pelos contributos da classe 2 (mass: 0,253; COR: 0,71; CTR: 0,52) e da classe 3 (mass: 0,225; COR: 0,72; CTR: 0,58). De notar que a classe 4 (mass: 0,268; COR: 0,71; CTR: 0,52) contribui para a formação do factor 3.

Tendo presente os resultados da classificação hierárquica e as palavras-chave de cada classe de agrupamento lexical, nomeadamente as da classe 4, parece-nos que estamos perante um quadro perceptivo do campo societal e comunitário do Suco Biqueli, bastante complexo, onde os laços sociais são fortes e marcados pela profunda convicção do sentimento de confiança nas relações sociais. A confiança emerge no *corpus* dos entrevistados como um processo moldado por referenciais normativos, ainda que informais, que sustentam os acordos mútuos de entajuda a nível micro (p.e. empréstimos de dinheiro) ou que apoiam no plano meso as ações das lideranças locais da comunidade no desenvolvimento de projetos infraestruturais no Suco Biqueli. Ganha aqui sentido que as relações de confiança permitem edificar um patamar de credibilidade nas redes sociais, fundadas em valores e dispositivos informais entre os

atores, representando, assim, um dos principais meios para fundamentar a presença de um capital social baseado nas relações de confiança, marcadamente de natureza estrutural-relacional.

Os resultados das formas discursivas presentes nos agrupamentos lexicais, sugerem-nos ainda que, não obstante o Suco Biqueli necessitar ainda de vários projetos infraestruturais de desenvolvimento de natureza imediata, sendo a generalidade dependente do investimento externo do governo (classe 1), não há dúvida de que existem muitos desafios e dilemas sobre os projetos de desenvolvimento (classe 2). Apercebemos ainda que a comunidade valoriza, no plano micro e meso, os projetos de melhoria das condições de vida nas aldeias, afirmando que tais realizadas passam pela importância da capacitação (poder) e habilidade dos atores sociais *empowered*, quer para o trabalho conjunto, quer para a participação ativa na

tomada de decisões sobre situações concretas de luta contra a pobreza (classe 3).

Face ao exposto, somos a considerar que, à luz do *corpus* dos entrevistados, o discurso sobre a comunidade do Suco Biqueli pode ser caracterizado pelo seguinte:

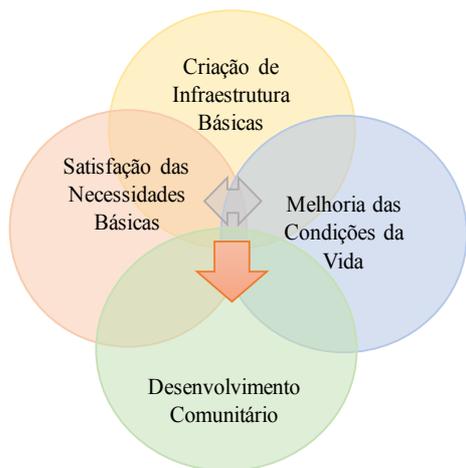
- a) Classe 4 (cor roxa): Capital Social fundado na confiança;
- b) Classe 2 (cor verde): Desafios do processo de desenvolvimento;
- c) Classe 1 (cor vermelha): Necessidades imediatas da comunidade;
- d) Classe 3 (cor azul): *Empowerment* comunitário como poder social no combate à pobreza.

Esquema 5- Classificação hierárquica descendente dos agrupamentos lexicais das entrevistas



Fonte: Output do Iramuteq.

Esquema 7: Elementos chaves de Desenvolvimento Comunitário na Comunidade Suco Biqueli



Em segundo lugar, constatámos que o poder para a dinamização da ação coletiva segregada pela materialização do capital social da comunidade decorre das manifestações objetivas da participação comunitária, ou melhor da participação ativa da comunidade, desempenhando tal poder um papel importante e decisivo no processo de *empowerment* comunitário. Verificámos ainda em Suco Biqueli, a presença dum capital social intimamente relacionado com os vínculos, as redes sociais e os dispositivos informais de confiança e de credibilidade. A verdade é que, em Suco Biqueli, o capital social emerge de forma mais evidente relacionado com a ação e a confiança dos grupos informais da comunidade, designadamente para a resolução de problemas de ordem económica entre os seus membros e ou dos “negócios” dentro da comunidade.

Em terceiro lugar, somos ainda a considerar que a capacidade (poder) e a habilidade dos atores sociais para dinamizarem o trabalho em conjunto numa comunidade com vista ao alcance de objetivos comuns para a mudança das condições de vida, no combate à pobreza e à exclusão, estão dependentes de um conjunto de condições estruturais e conjunturais do campo social do Suco Biqueli. As ações coletivas em

prol duma intervenção a nível micro na comunidade só são mantidas “coesas”, devido essencialmente a mecanismos que subjazem nos laços, vínculos e redes sociais intracomunitários, embora tais realidades dependam, quer da forma de valorização da confiança e da expectativa do benefício mútuo entre os atores sociais, quer da posse por estes, de recursos sociais e políticos para a materialização do poder de intervenção e da participação ativa na toma de decisão.

Face ao exposto, somos a considerar que o campo das possibilidades de *empowerment* dos atores sociais de Suco Biqueli é atravessado por dois eixos de caracterização da objetivação do capital social, sendo um composto pelo grau e força dos laços e vínculos sociais dos atores e o outro formado pelas condições de *capacitação* que os mesmos atores sociais possam deter para o controlo dos recursos e informação no espaço social.

O esquema 8 traduz o que acabámos de referir. Destacamos um tipo ideal no quadrante A, onde tanto o *bonding* e *bridging* capital social são fortemente desenvolvidos e desejados em Suco Biqueli, devido ao contexto social que favorece um maior sentido comunitário, uma maior confiança e tolerância, sendo os atores (agentes de desenvolvimento) mais esclarecidos e dotados de capacidade para o controlo dos recursos.

No quadrante A do Esquema 8, caracterizam-se sumariamente as condições ideais para a génese de uma comunidade *empowered*, forjada por um forte capital social estrutural-relacional e cultural cognitivo, elementos fulcrais para a sustentabilidade de um desenvolvimento comunitário que se deseja e, sobretudo, que permita a libertação do povo de Suco Biqueli (Timor-Leste) das condições de miséria e da pobreza e que possa alcançar a melhoria das condições da vida (qualidade da vida), com adequada consciência crítica, participação ativa e controle pela própria comunidade dos destinos do local onde que vivem.

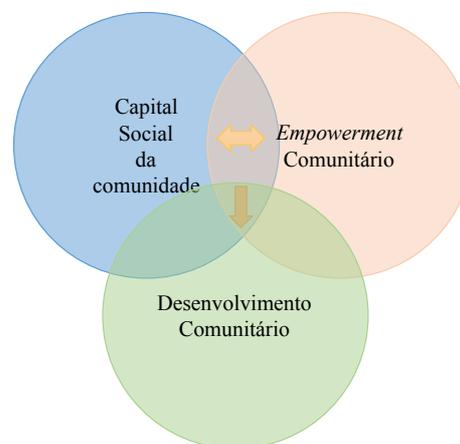
Esquema 8: Efeitos do capital social e *empowerment* na comunidade de Suco Biqueli

		Laços e vínculos fortes (+)				
		B		A		
menor capacitação (-)		fraca presença das estruturas do Estado; elevado <i>bridging</i> ; baixo <i>bonding</i> . sentimento de igualdade; moderada confiança e tolerância; moderada participação e integração social; liderança carismática; fraco <i>empowerment</i> fraco capital social estrutural-relacional	fraca presença das estruturas do Estado; elevado <i>bridging</i> ; elevado <i>bonding</i> . maior sentido comunitário; maior confiança e tolerância; forte participação e integração social; liderança participada. maior <i>empowerment</i> ; forte capital social estrutural-relacional e cultural cognitivo.		maior capacitação (+)	
		forte presença das estruturas do Estado; baixo <i>bridging</i> ; baixo <i>bonding</i> forte individualismo; grupos sectários; desconfiança e intolerância. reduzido ou nulo capital social	forte presença das estruturas do Estado; baixo <i>bridging</i> ; elevado <i>bonding</i> . atores subordinados; fraca confiança e tolerância; fraca participação e integração social; liderança autoritária. fraco <i>empowerment</i> fraco capital social cultural cognitivo			
		C	Laços e vínculos fracos (-)		D	

Fonte: autores

Verificamos que os factores críticos do sucesso do desenvolvimento relacionam-se com as condições que permitam fazer emergir uma forte participação e integração social, sendo esta assegurada por uma liderança participada na ação coletiva. Assim sendo, caso não estejam reunidas estas condições, as formas de capital social que possam emergir são frágeis e quiçá nula no território estudado, tal como apresentamos nos quadrantes B, C e D. Perspetivamos assim uma relação estreita entre o capital social, *empowerment* e desenvolvimento comunitário (Esquema 9).

Esquema 9: Interações o Capital Social da Comunidade e o *Empowerment* Comunitário na Comunidade Suco Biqueli num processo de Desenvolvimento Comunitário



Em quarto lugar e por último, renovamos aquilo que temos referido até aqui, de que falar em desenvolvimento comunitário releva a articulação de três campos concetuais que interferem com a intervenção social e comunitária: 1) capital social da comunidade; 2) participação comunitária ou participação ativa da comunidade; 3) *empowerment* da comunidade. Majoram-se aqui os papéis do capital social da comunidade, quer ao nível da sua importância para incentivar e facilitar a participação ativa da comunidade, mas também o *empowerment* da comunidade. Assim sendo, não obstante estarem ainda por concretizar várias necessidades locais e que subsistem diversos desafios no processo de desenvolvimento em Suco Biqueli (Timor-Leste), admitimos que, face ao observado até à data, *existe um sucesso, ainda que seja relativo, no processo de desenvolvimento comunitário porque os agentes de desenvolvimento valorizam o papel e o lugar do capital social e do empowerment nas práticas de intervenção.*

De uma forma geral, os resultados do estudo estão em linha com aquilo que encontramos na literatura, razão pela qual admitimos que os agentes de desenvolvimento e a comunidade de Suco Biqueli conferem uma relevância especial ao capital social nas relações sociais e em determinados aspetos da estrutura social do suco, sendo entendido como um “factor facilitador” dos processos de cooperação entre os indivíduos na organização social, e sendo ainda apresentado como diretamente relacionado com as problemáticas da capacidade e habilidade dos atores sociais em conectarem-se na rede social, baseadas na confiança social entre os atores e na eficiência da coesão social (Adler & Kwon, 2002), elementos fundamentais no processo de desenvolvimento comunitário.

Em suma, os resultados do estudo sugerem-nos que o capital social em Suco Biqueli (Timor-Leste) é dotado de um poder intrínseco que interfere no processo de *empowerment* da comunidade, apesar deste poder ser influenciado ou induzido por forças de intervenção externa. Assim, para que a comunidade de Suco Biqueli possa ser fortalecida na consciencialização para a ação, é preciso atender às possibilidades de redução das incertezas e das situações de *powerles* dos seus atores nas decisões sobre os processos de

desenvolvimento. Por outras palavras, o capital social e o *empowerment* da comunidade representam duas faces da mesma moeda, constituindo dois requisitos nucleares no processo de desenvolvimento comunitário em Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste.

Referências bibliográficas

- Afonso, M.M., Fernandes, A.P. (2005). abCD Introdução à Cooperação para o Desenvolvimento. *Revista Forum DC*. Disponível em <http://www.forumdc.net>, acesso, 01/03/2016.
- Adler, P.S., Kwon, S.W. (2002). Social Capital: Prospect for a new concept. *Academic of Management Review*, 27(1), 17-40.
- Adler, P.S., Kwon, S.W. (2014). Social Capital: Maturation of a Field of Research. *Academic of Management Review*, 30(4), 412-422.
- Almeida, J. (2011). *O essencial sobre o capital social*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Amaro, R. (2003). Desenvolvimento — um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. *Cadernos de Estudos Africanos*, 4, 35-70.
- Balsa, C. (2006). *Confiança e Laço Social*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Bonamino, A., Alves, F., Franco, C., Cazelli, S. (2010). Os efeitos das diferentes formas de capital no desempenho escolar: um estudo à luz de Bourdieu e de Coleman. *Revista Brasileira de Educação*, [online], 15(45), 487-499. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782010000300007>, acesso, 01/03/2016.
- Bourdieu, P. (1986). The forms of capital. in J.G.Richardson (org), *Handbook of theory and research for the sociology of education* (pp. 241-258). New York: Greenwood.
- Bourdieu, P., Wacquant, L.J.D. (1992). *An Invitation to Reflexive Sociology*. Chicago: University of Chicago Press.
- Buciega, A., Esparcia, J. (2013). Desarrollo, Territorio y Capital Social. Un análisis a partir de dinámicas relacionales en el desarrollo rural. *REDES- Revista hispana para el análisis de redes sociales*, 24(1). Disponible en

- <https://revistes.uab.cat/redes/article/view/v24-n1-buciega-esparcia/350-pdf-es>, acesso, 01/07/2017.
- Carmo, H. (2007). *Desenvolvimento comunitário*. Lisboa: Universidade Aberta.
- Coleman, J. (1990). *Foundation of social theory*. Cambridge: The Belknap Press.
- Costa, Z. & Silva, C. (2018). Repensar o capital social e as dinâmicas da participação comunitária no Suco Biqueli, Ataúro, Dili, Timor-Leste. in *Livro de Atas do CI-ReS: 2º Congresso Internacional de Redes Sociais - Redes Sociais: perspetivas e desafios emergentes nas sociedades contemporâneas*. Évora: CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais.
- Field, J. (2003). *Social Capital*. London: Routledge.
- Fu, Q. (2004). *Trust, Social Capital, and Organizational Effectiveness*. Major paper submitted to the Faculty of the Virginia Polytechnic Institute and State University in Partial Fulfillment of the requirements for the degree of Master of Public and International Affairs, Blacksburg, VA.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.
- Gómez, T.G., (2014). *The Social Capital Applied to Cross-Border Alentejo-Algarve-Andalucía and Southern Finlandia-Estonia*, Doctoral Thesis, Universidad de Huelva.
- Hikey, S., Mohan, G. (2004). *Towards participation as transformation: Critical themes and challenges*. In S. Hikey & G. Mohan, *Participation: From tyranny to transformation* (pp. 3-24). London: Zed. Disponível em <http://sergiorsendo.pbworks.com/f/Hikey+%26+Mohan+2004.pdf>, acesso, 01/03/2016.
- Ife, J., Tesoriero, F. (2008). *Community Development: Community-Based Alternatives in an Age of Globalisation*. Frenchs Forest, N.S.W.: Pearson Education.
- Jones, S., Kardan, A. (2013). *A Framework for Analysing Participation in Development*. Report . Oslo: Norwegian Agency for Development Cooperation (NORAD).
- Leandro, M. (2001). Os laços sociais em questão. Metamorfoses sociais, metamorfoses de uma nação. in M. Leandro (coord.), *Laços familiares e sociais* (pp. 27-57). Viseu: Psicossoma.
- Lin, N. (2001). *Social Capital. A theory of social structure and action*. Cambridge: Cambridge University Press
- Oakley, P., Clayton, A. (2003). *Monitoramento e Avaliação do Empoderamento*. São Paulo: Instituto Pólis, INTRAC.
- Marques, A. (2017). Caminhos sinuosos do desenvolvimento. *Desenvolvimento e Sociedade – Revista Interdisciplinar em Ciências Sociais*, 2, 31-49.
- Marx, K. (1988). *O Capital. Volume 5*. São Paulo: Nova Cultural.
- Paugam, S. (2009). *Le lien social*. Paris: Puf.
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia Problemas e práticas*, 33, 133-158. Disponível em <http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>, acesso, 01/03/2016.
- Putnam, R. (1993). The prosperous community: social capital and public life. *The American Prospect*, 13, 35-43.
- Rosa, V. (2012). *Laços sociais e capital social nas narrativas das pessoas em situação de sem-abrigo*. Dissertação. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga.
- Silva, C. (2004). Participação direta e o discurso do empowerment. *O labirinto da enfermagem. Participação e profissionalismo* (pp. 42-50). Lisboa: Colibri.
- Silva, C. (2015). Pós-facio: Mais do que um ponto de vista. Perspetivas para uma ética do (des)envolvimento local ou um (des)envolvimento com ética localizada. In O. Pereira, *Reflexões estratégicas de desenvolvimento local no contexto da preservação da identidade de Penedos (Mértola)* (pp. 285-291). Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Silva, C., Santos, M.O., Baltazar, M.S., & da Saragoça, J. (2017). Avaliação de projetos de intervenção social: Uma reflexão sobre as experiências em projetos nacionais, regionais e da bacia do Mediterrâneo. *Desenvolvimento e Sociedade*, 2, pp. 103-111
- Silva, M. (1963). Fases de um processo de Desenvolvimento Comunitário. *Análise Social*, 1 (4), 538-558.
- Soetomo, (2008). *Strategi-Strategi Pembangunan Masyarakat*. Yogyakarta: Pustaka Pelajar.

Soetomo (2011). *Pemberdayaan Masyarakat, Mungkinkah Muncul Antitesisnya?*, Yogyakarta: Pustaka Pelajar.

Svendsen, G.T., Svendsen, G.L.H. (Eds.) (2009). *Handbook of Social Capital. The Troika of Sociology, Political Science and Economics*. Edward Elgar, UK/USA.

Thomas, A. (2000). *Meanings and Views of Development*. In T. Allen & A. Thomas (Ed.). *Poverty and Development Into the 21st Century* (pp. 23-48). Oxford; New York: Open University.

Notas:

- [1] Doutorando em Sociologia, Universidade de Évora | Membro do CICS.NOVA.UÉvora | docente da Universidade Nacional de Timor-Leste (UNTL)
- [2] Docente da Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais, Dep. Sociologia | Membro do CICS.NOVA.UÉvora
- [3] Este artigo resulta dos trabalhos preliminares realizados no âmbito da tese de doutoramento em Sociologia de Zacarias Costa. Uma síntese das perspetivas e dados descritos no artigo foi apresentada em comunicação oral em dois eventos: a) IX Congreso de la Asociación Andaluza de Sociología, 23 y 24.Nov.2018, Universidade de Huelva, Espanha, Grupo de Trabajo 4. Problemas sociales, políticas públicas e intervención social; b) 2º CIReS - Congresso Internacional de Redes Sociais, 7 e 8 de junho de 2018, Universidade de Évora.